

O AGRONEGÓCIO E A QUESTÃO AGRÁRIA NA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO – SP

**Carlos Batista da Silva - Graduando em Geografia da Universidade Estadual Paulista
(FCT/UNESP)**

krlosbatist@yahoo.com.br

**Claudemir Mazucheli Canhin - Graduando em Geografia da Universidade Estadual
Paulista – FCT/UNESP**

mazucheli@yahoo.com.br

**Ízide Nunes Ferreira - Graduanda em Geografia da Universidade Estadual Paulista –
FCT/UNESP**

zd_geo@yahoo.com.br

**André Luiz Ferreira da Silva - Graduando em Geografia da Universidade Estadual
Paulista – FCT/UNESP**

geog_andre@hotmail.com

**Eraldo da Silva Ramos Filho – Docente da Universidade Federal de Sergipe – UFS,
Doutorando em Geografia na Universidade Estadual Paulista – FCT/UNESP**

eramosfilho@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este texto apresenta reflexões sobre a dinâmica territorial do agronegócio e da luta pela terra praticada pelos trabalhadores ligados ao Movimento dos trabalhadores rurais sem-terra, na região de Ribeirão Preto – SP. Configura-se como produto das discussões e práticas realizadas no contexto da disciplina Geografia Rural, ministrada no 3º ano do curso de Geografia, da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Unesp, em especial, resulta do trabalho de campo realizado na porção espacial supracitada.

Neste início de século a inserção do Brasil no capitalismo monopolista caracteriza-se não apenas pela manutenção, mas, também pelo aprofundamento de sua condição subalternizada e dependente. As ações políticas no campo brasileiro transparecem a estratégia territorial cuja meta é responder quantitativamente à garantia de divisas para a geração do superávit primário.

Ao mesmo tempo em que se valoriza o agronegócio como um novo modelo de desenvolvimento econômico do país nega-se a gravidade da concentração fundiária.

O primeiro, caracterizado, por um modelo agrícola altamente mecanizado, usuário dos pacotes tecnológicos modernos, com produção em larga escala, que explora grandes extensões de terras geralmente de base monocultora e voltada para a exportação, nada tem de novo. Trata-se apenas de um eufemismo para a velha agropecuária capitalista iniciada no sistema de plantation.

O agronegócio produz ainda mais concentração fundiária e de renda, aliada à maciça modernização da agricultura, ampliando o desemprego no campo, a exploração e expropriação, ampliação da exclusão e miséria, assim como a degradação ambiental.

O nordeste do estado de São Paulo reúne todas essas características e com a perspectiva da ampliação de recursos para o setor, a projeção é que o agronegócio intensifique seus investimentos na região.

Temos como objetivo central resgatar os processos e impactos sócio-territoriais causados pelo agronegócio e pela luta pela terra na região de Ribeirão Preto. Buscamos realizar uma comparação dos discursos dos sujeitos envolvidos na luta pela terra no local e os intelectuais a eles aliados e o

discurso dos think thanks locais do agronegócio. Outro objetivo deste trabalho consiste na elaboração uma mídia digital que compila diferentes referências (textos, filmes, fotos, slides, tese, cartilha sindical, música) sobre a temática e, pretende ser uma contribuição aos estudos da problemática, material didático referência para professores de ensino básico e superior.

A preocupação em elaborar um material didático baseado num trabalho de atividades realizadas no campo, pode ser justificada pelo interesse de enfatizar o debate em torno do luta pela terra, desmistificar a pujança do modelo de desenvolvimento centrado no agronegócio e, sobretudo, despertar uma preocupação em evidenciar como se procede a inserção do campesinato diante da territorialização do capital.

Como procedimentos metodológicos analisamos os discursos de palestras proferidas por intelectuais que estudam a questão, entrevistas com lideranças do MST e depoimentos de acampados e assentados na região. Realizamos ainda registros fílmicos e fotográficos sobre as praticas sócio-territoriais dos diferentes sujeitos envolvidos.

Neste sentido o presente texto está estruturado em seis partes. A primeira é esta, e tem caráter introdutório. Na segunda seção caracterizamos geográfica e economicamente o município de Ribeirão Preto. Na terceira parte, procedemos a uma reflexão crítica em torno do conceito de agronegócio e suas dinâmicas territoriais. No quanto subcapítulo problematizamos o discurso dos das agroindústrias transnacionais e do agronegócio. Na quinta parte do artigo, resgatamos a percepção de camponeses frente ao modelo do agronegócio e algumas das táticas adotadas por esta classe social, em seu embate contra o agronegócio na região em foco. Por fim, procedemos às considerações finais.

RIBEIRÃO PRETO: CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA E PROCESSOS DE INSERÇÃO NO MERCADO NACIONAL

O município de Ribeirão Preto localiza-se na região nordeste do Estado de São Paulo, a 319 km de distância da capital e está próxima a outros importantes núcleos urbanos do interior, como por exemplo, Araraquara (83 km), Franca (89 km), São Carlos (99 km) e Barretos (117 km). A principal via de acesso ao município é através da Via Anhanguera (SP 330), uma rodovia de pista dupla, que o liga à capital, à Campinas e ao Triângulo Mineiro. Além desta rodovia, o município conta, ainda, com mais um conjunto de 5 rodovias ligando-o à Franca, Sertãozinho, Araraquara, Cajuru etc., ou seja, localiza-se em um entroncamento rodoviário que possibilita acesso fácil para diferentes regiões do estado e do país.

O município de Ribeirão Preto foi fundado em 1865 a partir das doações de terra feita por seis famílias para a construção da Paróquia de São Sebastião. Inicialmente formaram-se núcleos de criação de gado, depois o desenvolvimento rápido da cultura do café trouxe riqueza para a cidade, com isso, acelerou a chegada das chamadas “Ferrovias do café”. Esse produto além de conferir a Ribeirão Preto muito luxo e riqueza proporcionou grande poder político. Essa foi à combinação perfeita para o surgimento dos chamados “barões do café” que usando de toda sua influência elegeram seus representantes desde prefeitos, vereadores até senadores e presidentes da República, representado por Washington Luis.

Hoje Ribeirão Preto conta com uma população de 535,7 mil habitantes e é pólo de uma das principais regiões agrícolas do Estado de São Paulo e do país, respectivamente, 14% e 0,5% da área cultivada. A região lidera a produção mundial sucroalcooleira e é a maior produtora estadual de alimentos, de leite e derivados. Destacam-se também nesta região, as culturas de laranja, soja, amendoim, dentre outras, produzidas em menor quantidade, principalmente pelos assentados ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. (LAVRATTI, 2000).

A região caracteriza-se pela elevada capitalização do setor agrário, expansão e modernização da agroindústria sucroalcooleira. As vinte e uma usinas que ali existem, representam uma das principais atividades econômicas da região, empregando “oito mil trabalhadores e incentivando outros setores, como o de máquinas agrícolas e equipamentos” (SEBRAE-SP).

A cana-de-açúcar difundiu-se progressivamente a partir da década de 1980. As usinas tomaram conta da nova paisagem da região de Ribeirão Preto e com elas trouxeram o desenvolvimento, mas também a agudização das desigualdades sociais e dos problemas ambientais. Assim aumentou o desemprego, o subemprego (seis meses por ano na produção da cana ou da laranja), as queimadas e a destruição dos recursos naturais - que anda lado a lado com a monocultura. Sua territorialização passou a expulsar também à agricultura camponesa junto com a sua policultura.

Os camponeses, os arrendatários e parceiros que cultivavam a lavoura comercial e de auto-consumo possivelmente foram afastados de suas roças dirigindo-se para as cidades passando a condições de bóia-fria, “chapas” (trabalhadores avulsos ou tarefeiros) e ainda muitos se sujeitaram ao trabalho no corte da cana, servindo de mão-de-obra assalariada pelas usinas.

A marginalização desses trabalhadores trouxe o aumento da pobreza fazendo aumentar com o passar do tempo, as desigualdades sócio-territoriais. Os oprimidos pelo sistema se organizaram e reconheceram seus opressores. Os conflitos aumentaram e hoje eles disputam espaços no território do capital, criando alternativas de sobrevivência fora da lógica capitalista. Este é o caso do MST que a partir de 1998 tem ocupado múltiplos territórios tanto em Ribeirão Preto quanto em cidades circunvizinhas.

Todo esse processo tem sido acompanhado por discursos inflamados, principalmente entre os representantes dos trabalhadores e dos capitalistas agroindustriais. Mas, ainda as luzes midiáticas e acadêmicas iluminam os “mantras” do capitalismo agroindustrial, que valoriza o discurso economicista do agribusiness nacional em Ribeirão Preto.

ANÁLISE CRÍTICA DO CONCEITO DE AGRONEGÓCIO: PRIMEIROS ENSAIOS

Segundo o pesquisador da FEA/USP, Marcos Fava Neves o agronegócio representa toda cadeia produtiva agrícola, abrangendo desde o pequeno produtor de hortaliças até o usineiro que produz açúcar e álcool. O mesmo argumenta que no Brasil o agronegócio “representa aproximadamente 85% do PIB, 40% das exportações e cerca de 65% do saldo da balança comercial. Nos últimos anos emprega mais de 21 milhões de pessoas, tendo proporcionado em 1989 uma receita comercial de US\$ 13 bilhões. Ocupa uma posição de destaque em diversos produtos, tais como os derivados de sucos cítricos, café, algodão, etc.

Contra o discurso de Neves, Fernandes (2005), afirma que o agronegócio é produto de múltiplas construções ideológicas e que uma delas é convencer a todos de que é responsável pela totalidade da produção da agropecuária. Toda vez que a mídia informa os resultados das safras, credita toda a produção na conta do agronegócio. É a arte da supremacia. Estrategicamente, o agronegócio se apropria de todos os resultados da produção agrícola e da pecuária com se fosse o único produtor do país. A agricultura camponesa que é responsável por mais da metade da produção do campo – com exceção da soja, cana e laranja, não aparece como grande produtor e fica no prejuízo. Com essa estratégia, o agronegócio é privilegiado com a maior fatia do crédito agrícola.

Concordamos com Fernandes (2005), quando diz: “a imagem do agronegócio foi construída para renovar a imagem da agricultura capitalista, para modernizá-la. É uma tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente”. Essas reflexões têm sentido quando analisadas no bojo dos processos de modernização na agricultura.

A expansão capitalista no campo brasileiro tem se intensificado associado a um modelo agrícola altamente mecanizado. Esse modelo tem permanecido nas mãos de uma elite que tem dominado a economia e a política do país, tornando-o um modelo único de desenvolvimento do campo brasileiro. Essa realidade pode ser observada em múltiplas escalas e através dos tempos, podemos observar as semelhanças dos modelos agro-exportadores nos ciclos do pau-brasil, da cana-de-açúcar, da borracha, do café, da soja e do álcool. Na visita que fizemos à Universidade de São Paulo, situada em uma antiga fazenda de café, durante o trabalho de campo à cidade de Ribeirão Preto, pode-se observar como fora tratado o ciclo do café no final do século XIX e início do XX, e caracterizar algumas mudanças na agricultura como a substituição das ditas formas arcaicas de produção com a implementação do meio-técnico científico informacional no campo. (ELIAS, 2003).

Percebe-se que durante todo esse período o lucro e a ostentação de alguns foi patrocinado pela desgraça, a miséria e a morte de milhares de seres humanos. E ainda hoje, principalmente em nome da iguaria branca (açúcar) ou do combustível do futuro (álcool), terras tem sido devastadas, rios têm sido apagados do mapa para dar lugar às longas extensões da cana e ainda podemos observar, em pleno século XXI, situações semelhante as do século XIX em que milhares de seres humanos exercendo trabalho degradante, no corte da cana, tem se aproximando da morte para gerir a sustentabilidade da família.

A exploração e concentração de grandes extensões de terras de base monocultora, a produção destinada à exportação, a exploração do trabalho e a ampliação da exclusão e miséria no campo são características que se assemelham entre o novo e o antigo modelo capitalista no campo, o que pode ser diferenciado é a mão-de-obra e a técnica de ambos os períodos. Na sua dinâmica o agronegócio se territorializa, manifestando não apenas em concentração e dominação de terras, mas também o domínio da tecnologia de produção e políticas de desenvolvimento.

Essa territorialização tem como ponto central o controle do conhecimento técnico por meio de uma agricultura científica globalizada. Conseqüentemente, ao tornar-se uma agricultura capitalista altamente mecanizada, intensifica a exploração do trabalho assalariado e o controle das políticas de mercado, aumentando a competitividade externa e intensificando as exportações de produtos industrializados e *in natura*. Segundo (FERNADES, 2005), “mais de 90% da produção agroindustrial

brasileiras são destinadas à exportação. Nota-se a velha agricultura capitalista, modernizada, ampliando o desemprego no campo” sempre buscando e conquistando uma lucratividade crescente. Essa lucratividade tem atraído o capital de diversos setores da economia tais como: o financeiro, o industrial e o comercial. Assim o capital tem se transformando em uma “coisa” e o agronegócio uma arma poderosa a seu dispor. A unificação dos discursos tem sido recorrentes, pois se antes os principais agentes desses setores investiam em setores diferentes da economia multiplicando os modelos de desenvolvimento, hoje estão unidos a um único modelo tornando o agronegócio muito poderoso.

Assim o capital através dos atores midiáticos e acadêmicos intensificam seu discurso defendendo as ações que o convém, tais como: a busca crescente pelos superávits na balança comercial convencendo a sociedade da riqueza que tem trazido ao país ou defendendo a aplicação da reforma agrária de mercado evidenciando sua importância com os conflitos agrários. Mas entendemos que isso faz parte de elucubração do capital para camuflar suas contradições, cujo intuito é impedir que surja formas de superação.

A tendência é que esse tipo de investimento e essa estratégia sejam intensificados na região de Ribeirão Preto, como dissemos é conhecida nacionalmente como a "Capital do Agronegócio". A própria cidade concentra em seu território 98% da produção monocultora da cana-de-açúcar e as maiores usinas de álcool e açúcar do país. E a demanda por álcool no mundo sendo crescente devido às limitações nas jazidas de petróleo os lucros das empresas também se projeta em trajetória ascendente, o que certamente atrairão mais capitais, inclusive estrangeiros.

Assim também pode ocorrer com outras cidades pólos que formam a macroregião de Ribeirão Preto, principalmente aquelas produtoras de laranja, pois o grande apelo mundial, principalmente no continente europeu e estadunidense, pelo consumo de produtos naturais e “saudáveis” tendem a aquecer o comércio mundial de polpa de fruta, repercutindo diretamente em sucessivos aumentos de lucro das empresas agroindústrias de suco concentrado que, atualmente, são responsáveis por exportar 99% de sua produção industrial para países norte-americanos.

Mas toda essa produtividade e lucratividade presente nos discursos das empresas do agronegócio, não têm sido suficiente para ofuscar suas contradições que estão cada vez mais visíveis. Se por um lado trouxe produtividade, por outro, expropriou milhares de trabalhadores.

Os produtores de laranja citados são apenas um exemplo, entre milhares que estão perdendo sua autonomia com a intensificação das relações capitalistas no campo. Isso revela que a agricultura capitalista não é totalitária como muito insiste ao fazer a propaganda do agronegócio. É antes de tudo, uma relação desigual e contraditória.

ANÁLISE DO DISCURSO IDEALISTA DO AGRONEGÓCIO

As abordagens empregadas pelas grandes empresas inseridas dentro do agronegócio exercem a manutenção e a garantia do sucesso de tudo àquilo que deseja ser passado de forma única e exclusiva com o intuito de atingir um público – alvo.

Segundo Romão (2002), a análise do discurso empregado pelo agronegócio pode ser entendida como um litígio (disputa) entre um tenso e permanente jogo de poder que é exercida por quem objetiva a manutenção e a soberania dos seus próprios interesses.

Desta forma, cabe a nós, posicionarmos criticamente diante de tudo aquilo que é proferido pelos “mantras” do agronegócio, principalmente quando os agentes envolvidos são mostrados midiaticamente como símbolos do desenvolvimento único.

Suas propagandas destacam sempre os mesmos *jargões*, os quais são observados constantemente nos “slogans” das grandes empresas integrantes do agronegócio, como por exemplo: *lutando contra a fome, prevenindo doenças, limpando nosso planeta, a natureza tem solução e “alguém está escutando*.

A utilização de jargões como estes são, supostamente, apenas meros dizeres rasos com pouco ou nenhum grau de sustentabilidade, confiabilidade e praticidade.

O discurso empregado pelo agronegócio vulcaniza o clamor, indignando elementos que jamais uma multinacional que explora o setor agrícola de um país subdesenvolvido exerceria, objetivando a manutenção, a garantia ambiental e territorial de seus lugares. Muito pelo contrário. Todas estas multinacionais que explora o setor agrícola de nosso país, e que são consideradas como empresas envolvidas ao agronegócio, só promove degradação ambiental e uma sucessão de problemas de cunho social.

Algumas das possíveis interpretações que podem se estabelecer sobre a propaganda feita pelo agronegócio, principalmente ao criar pequenos termos que impacta o leitor, não passam de uma mera estratégia de propaganda e marketing, que manipula a realidade e se dá de forma controversa. Meandrando sobre esta lógica, procurou-se apontar algumas críticas sobre os termos, os quais denominamos de *jargões*, apresentados parágrafos acima.

Como “lutar contra a fome” interna do país ou fora dele, quando a produção e a comercialização de alimentos é uma grande fonte geradora de riqueza dos empreendimentos do agronegócio?

Citando o caso do Brasil, e nos aproveitando das palavras dos intelectivos Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Bernardo Mançano Fernandes, poderíamos pensar a seguinte questão: Como o programa “Fome Zero” do governo Lula, pretende acabar com a fome de nosso país e ainda promover uma campanha mundial de combate à fome, se existe uma política agro-exportadora criadora de divisas concentradas nas mãos de grandes capitais monocultores que opaca a reforma agrária como é o caso do agronegócio? Nos parece haver uma contradição nesta política desenvolvida pelo atual governo.

No caso da idéia de “prevenção das doenças”, parece haver mais uma contradição. É visto que a utilização de agrotóxicos, pesticidas, etc., nas lavouras são cada vez mais freqüentes. Isso decorre, no entanto, por haver cada vez mais necessidades de produzir sem perdas e em largas escalas, como é o caso da política desenvolvimentista das multinacionais ligada aos setores agroexportador.

Em tempos atuais é comprovada pela medicina que a utilização de agrotóxicos nas lavouras desencadeia uma série de danos irreversíveis a saúde humana, além dos inúmeros impactos ambientais como: poluição do lençol freático, do solo que acaba auxiliando o aparecimento de

ravinas e voçorocas, etc. Ao contrário dos produtos gerados pela agricultura camponesa que na maioria das vezes não se utiliza de tais agentes químicos controladores de pestes agrícolas.

A idéia de “limpando nosso planeta”, parece estar empregada no seguinte sentido: deve-se limpar nosso planeta das árvores nativas e desenvolver em seus lugares, produtos que possui força comercial capaz de gerar lucros para alguns e perdas para muitos.

Por fim, o que poderíamos estabelecer é que muitas das empresas do agronegócio buscam sempre os países do dito “terceiro mundo” por apresentarem níveis de potencialidade produtiva no setor agrícola. No entanto, as conseqüências são as mais variadas possíveis como: a luta pela terra e a desigualdade social que cada vez mais se intensificam.

Para evidenciar de maneira mais enfática essas falácias do agronegócio, nada mais positivo que ouvir as principais vítimas desse processo. Os próprios camponeses. Esse será o objetivo da próxima sessão.

O CAMPONÊS EM SEU EMBATE CONTRA O AGRONEGÓCIO

O duelo da agricultura camponesa contra o agronegócio no município de Ribeirão Preto/SP tem sido cada vez mais intenso. De um lado temos os think thanks do agronegócio vociferando para os canais midiáticos o sucesso e a produtividade do agribusiness nacional evidenciando sua importância para os sucessivos superávits da balança comercial brasileira. Por outro lado temos os camponeses e os movimentos sociais desnudando as mazelas desse tipo de produção agrícola, caracterizando-a como excludente, insustentável ambientalmente e concentrador de terra e renda.

Percebe-se que esse duelo não teve sua gênese nos dias atuais ele se arrasta desde os tempos da colonização e foi se intensificando e ganhando complexidade à medida que o capitalismo foi avançando pelo campo. Portanto, só é possível compreender a agricultura brasileira contextualizando-a com os processos do desenvolvimento do modo de produção capitalista.

Percebemos que esse desenvolvimento é contraditório e combinado, pois, ao mesmo tempo em que o capital avança desenvolve relações especificamente capitalistas, tais como o assalariamento, enriquecimento dos donos do meio de produção e aniquilamento dos camponeses desenvolve também o seu contrário, na criação e recriação do campesinato e na apropriação da terra.

A terra sob a ótica capitalista deve ser entendida como renda capitalizada. O processo contraditório do desenvolvimento do capitalismo se faz na direção da sujeição da renda da terra ao capital, assim o capital pode subordinar a produção camponesa, pode também especular com a terra, estabelecendo relação de compra e venda.

Segundo Oliveira (1991),

“A propriedade da terra é básica fundamental para a existência desta forma de exploração na agricultura. Daí deriva a lógica pela posse/propriedade da terra travada pelos camponeses expropriados ou que nunca tiveram acesso a terra no Brasil. Este processo como se ver está assentado no processo contraditório do desenvolvimento do capital que ao mesmo tempo em que expropria, abre a possibilidade histórica do retorno a terra, em geral em lugares distantes daqueles primeiros”. (OLIVEIRA, 1991).

Esse processo acaba gerando concentração da propriedade fundiária fazendo com que os camponeses deixem a terra e parte de sua história, gerando, na maioria das vezes, pessoas segregadas em áreas suburbanas das cidades.

Esta segregação proporciona um aumento exagerado da população, resultando diretamente em moradias irregulares, que associadas a enorme falta de infra-estrutura social urbana, acaba materializando no aumento do processo de favelização, na precariedade do trabalho e na fome que assola muitas partes das cidade, exigindo do poder político maior investimento em infra-estrutura social tais como: hospitais, escolas, postos de saúdes, cresces, habitação, assistências financeiras etc...

Segundo (FERNANDES, 2005),

“O agronegócio foi construída para renovar a imagem da agricultura capitalista, para “modernizá-la”. É uma tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias. Da escravidão à colheiteadeira controlada por satélite, o processo de exploração e dominação está presente. A concentração da propriedade da terra se intensifica e a destruição do campesinato aumenta”. (FERNANDES, 2005)

Contra a sua própria destruição, o campesinato tem se organizado juntamente com trabalhadores urbanos, em busca de reconquistar o seu direito à terra perdido ao serem inserido na lógica capitalista de expropriação de terras e na transformação de sua força de trabalho em mercadoria. Seguindo está lógica passa a surgir movimentos sociais muito bem articulado pelos camponeses, como é o caso dos Movimentos dos Trabalhadores Rurais sem Terra, o MST, que na verdade é uma resposta à organização social arcaica controlada pelo capital.

É neste contexto, que se insere o exemplo do município de Ribeirão Preto/SP, lugar em que integrantes do MST atua na mobilização dos trabalhadores (desde 1998) contra o agronegócio desenvolvido pela industria sucroalcooleira que prega um discurso fundado no desenvolvimentismo e na modernidade.

Em Ribeirão Preto o MST construiu um canal aberto de diálogo com a sociedade. Desse diálogo nasceram então “os amigos do MST” contando com a participação de professores, advogados, Igreja, políticos, sindicatos, Ministério Público etc.

O discurso destes sujeitos aborda sempre questões relacionadas à desestruturação do agronegócio quando entidade e meio controlador da produção, pois eles acreditam que este tipo de desenvolvimento agrícola não pode ser considerado como uma totalidade.

Os camponeses acreditam que “o agronegócio é apenas palavras novas para confundir a “cabeça” dos trabalhadores do campo, mas que na verdade são as velhas formas de exploração que se perpetua no campo desde o nosso período da colonização” como afirmou o srº Pedro Chapori, um militante camponês do MST.

Para este camponês a terra tem que ser concebida como um produto de luta, a qual deve perpetuar a cultura camponesa, não servindo apenas para a reprodução do capital e geração de divisas financeiras.

Este mesmo camponês afirma que deve haver a necessidade de uma conscientização nacional da população urbana da importância da luta pela terra, pois a agricultura camponesa é responsável por cerca de 50% segundo o censo agrícola do IBGE de 1996 de todo alimento produzido no campo brasileiro. Além disso, a agricultura camponesa é responsável pela maior parte de variedades de produtos consumidos diariamente pelos brasileiros, mostrando a importância nacional do trabalhador camponês, pois, assim como afirma o próprio camponês, “*as pessoas não conseguiria sobreviver apenas chupando cana e comendo soja*” se não fosse a presença a agricultura camponesa no cenário alimentício nacional.

Os inúmeros produtos agrícolas consumidos diariamente pelos brasileiros, tais como: legumes, frutas, verduras e uma variedade de grãos como arroz, feijão, etc , nas áreas urbanas, cada vez mais necessita de terras para aumentar sua produção, o que causa diretamente um embate com lógica de produção do agronegócio – responsável por concentrar e produzir um único tipo de cultura. Um exemplo claro disso tudo, pode ser observado no município de Ribeirão Preto/SP, onde a cana de açúcar é o principal produto cultivado pelo agronegócio.

A necessidade de abastecer as cidades com os produtos provindos do campo só será totalmente suprida se cada vez mais camponeses forem assentados, pois é dentro dos assentamentos que se produz muitos dos alimentos consumidos diariamente pelos habitantes da cidade. Além disso, os assentamentos, muito provavelmente, servirão de “refúgios” para as pessoas marginalizadas do sistema de consumo das cidades, servindo como um mecanismo responsável em retirar boa parte da pressão populacional intra-urbana (êxodo urbano).

Este fato é observado no município de Restinga a 10 Km da cidade de Franca, no assentamento 17 de Abril, mais conhecido como Horto Boa Sorte. O presente assentamento foi produto da organização de trabalhadores da cidade, expurgos da planta industrial calçadista de Franca que se organizaram em torno do sindicato dos sapateiros e com a bandeira do MST.

Segundo um dos camponeses do assentamento 17 de Abril, o srº Neti, o assentamento trouxe um fomento ao consumo na cidade de Restinga, aumentando a renda *per capita* do município aproximadamente em 27%. Essa porcentagem está relacionada ao consumo dos assentados nas cidades e a geração de riqueza dentro do próprio assentamento, demonstrando que essa forma de inserção social garantida pela posse da terra é capaz de gerar novas formas de desenvolvimento diferente do agronegócio.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, gostaríamos de deixar evidenciado que a realidade vivenciada hoje no campo vai além das freqüentes notícias sobre o bom desempenho da balança comercial desencadeada pelas inúmeras exportações de bens agrícolas como: a soja, a cana-de-açúcar e a laranja que serve de produto matriz para serem transformados e consumidos em muitos países europeus, asiáticos e americanos.

Estas notícias, ao mesmo tempo em que relata o desenvolvimento e a inserção da economia do país no mercado mundial, pode ser uma das evidências para as denúncias das relações sociais de desigualdade, condicionadas pelo modelo capitalista de produção do agronegócio que compete, deslealmente, com as formas e as técnicas produtivas dos trabalhadores camponeses. Diante dessa

situação, vale a pena pensarmos e fazermos a seguinte questão: Será se realmente as taxas de exportações e a manutenção da bolsa comercial favorável são mais importantes que as condições de vida do nosso povo?

7. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BURBACH, R. & FLYNN, P. **Agroindústria nas Américas**. Tradução: Waltensir Dutra. Ed. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1982. pp: 11-83.

ELIAS, D. **Globalização e Agricultura: A Região de Ribeirão Preto**. Ed. Edusp, 2003. pp: 106-108, 154-170.

FERNANDES, B. M. Agronegócio Nas Américas: O Mito do Desenvolvimento E A Resistência Do Campesinato. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. Universidade de São Paulo, Março de 2005.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, B. M. **Questão agrária: Conflitualidade e desenvolvimento territorial**. in mimeo

FERNANDES, B. M. **O nome é agribusiness**. in mimeo

MARTINS, J.S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, J.S. **Reforma agrária: diálogo impossível**. São Paulo: EDUSP, 2000.

OLIVEIRA, A. U. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.

OLIVEIRA, A. U. Os mitos do agronegócio no Brasil. **In XII Encontro Nacional do MST**. São Miguel do Iguaçu/PR. Janeiro de 2004.

OLIVEIRA, A. U. **Agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo. Ed. Contexto, 1991.

PAULILLO, L. F. **Competitividade e rede de relações no território citrícola brasileiro: A concentração agroindustrial e o poder de negociação como elementos definidores**. (Net. Disponível em: <<http://www.fao.org/Regional/Lamerica/prior/desrural/alianzas/pdf/paulillo.pdf>>. Acesso em 28 ago. 2005).

ROMÃO, L. M. S. **O litígio discursivo materializado no MST: a ferida aberta na nação**. (Tese de Doutorado) Ribeirão Preto, 2002.

SILVA, J. G. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: Hucitec, 1981.